

Extrativismo mineiro, Estado e governos na Bolívia e Equador

Avance de investigación en curso

GT 14 - Hegemonia Estadunidense, políticas públicas, sociais e alternativas

Jórisa Danilla N. Aguiar*

Resumo:

Temos como objeto de pesquisa a problematização das relações entre Estado, governos e movimentos sociais frente ao extrativismo mineiro como uma política de Estado na Bolívia e no Equador, apresentando como marco histórico o governo de Evo Morales e de Rafael Correa, que se autodenominam plurinacionais. Pretendemos aprofundar a análise dos traços essenciais da política econômico-produtiva desses governos, debatendo acerca de suas contradições e limites, trabalhando a hipótese de que o MAS e a *Alianza País* tem desenvolvido uma variante do capitalismo dependente que novamente recupera frações burguesas estatais – que vão se somar às frações mineira e agroindustrial – para compor o novo bloco no poder, de demanda nacional-popular, que contemplam em discurso a soberania indígena e a radicalização da democracia.

Palavras-chave: extrativismo mineiro, governos.

* Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e investigadora do grupo de estudos e pesquisas Práxis - Os governos pós-neoliberais na América Latina (1999-2009) em uma análise comparativa: as relações entre Estado, poder político, movimentos sociais, políticas públicas e ilusão desenvolvimentista; cadastrado no Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais (PPGCS), da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais (UACS) na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e no CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) no Brasil. Endereço eletrônico: jdaniillaaguiar@hotmail.com.

1. Introdução

Temos como objeto de pesquisa a problematização das relações entre Estado, governos e movimentos sociais frente ao extrativismo mineiro como uma política de Estado na Bolívia e no Equador, apresentando como marco histórico o governo de Evo Morales e de Rafael Correa, que se autodenominam plurinacionais. Pretendemos aprofundar a análise dos traços essenciais da política econômico-produtiva desses governos, debatendo acerca de suas contradições e limites, trabalhando a hipótese de que o MAS¹ e a *Alianza País* tem desenvolvido uma variante do capitalismo dependente que novamente recupera frações burguesas estatais (que vão se somar às frações mineira e agroindustrial) para compor o novo bloco no poder², de demanda nacional-popular, que contemplam, ao menos em discurso, a soberania indígena e a radicalização da democracia.

Entre os objetivos, propomos uma análise desse modelo de desenvolvimento baseado na extração dos recursos naturais, tendo nos minerais/metals uma grande representatividade e ascensão mundial. Pouco se tem discutido sobre a presença das transnacionais mineiras na América Latina, mesmo que estejamos em um momento onde o “desenvolvimentismo primarizado” reaparece. Partimos do pressuposto de que a expansão do modelo mineiro-extrativista acontece desde os tempos da colonização, marcando fortemente a economia latino-americana.

Contudo, conforme apontado por Durán Gil (2008) trata-se um bloco no poder de caráter neodesenvolvimentista que continua favorável ao capital estrangeiro, principalmente em longo prazo. Procuraremos destacar o que diz a legislação dos países em estudo em relação ao extrativismo mineiro e os atuais acordos governistas com as transnacionais, validados pelas novas constituições vigentes desde o ano de 2008 e 2009, no Equador e na Bolívia, respectivamente, bem como os recentes conflitos entre os movimentos sociais – compreendendo decisivamente o movimento indígena – e esses governos. São conflitos que se devem ao crescimento da temática dos recursos naturais e da expansão de projetos que visam facilitar a extração e/ou transporte de matérias primas, muitos deles já em andamento em alguns países do sul. O tema dos recursos naturais tem estado presente também nas demandas dos movimentos indígenas nas últimas décadas, quando estes se apoderam de sua identidade étnica em um determinado território, assim como sua posição de classe, aprofundando e ampliando sua percepção e luta política, conforme nos indica Xavier Albó (2009).

Nossas conclusões pretendem ser mais gerais e abrangentes, discorrendo que vivemos um período de reprimarização da economia latino-americana. Assim, podemos pensar a região andina e discutir a hipótese de que não houve uma real libertação do modelo clássico extrativista, que nos delega a uma devastação social e ambiental e nos submete a uma dependência econômica como países exportadores de matérias primas.

Procuraremos, pois, demonstrar que o a estreita relação entre governos e as transnacionais tem incitado os conflitos entre os movimentos sociais (compreendendo o movimento indígena) e os mesmos governos, fazendo com que se viva um momento de críticas para com seus líderes.

O modelo nacional produtivo que a Bolívia segue pretende transformá-la numa “potência minera”, conforme elucida o vice-presidente García Linera em vários discursos, através de um grande salto industrial pautado no extrativismo. Já no Equador, os mega projetos de mineração atuam como atividade estratégica para o modelo econômico do país, que busca garantir o programa governamental de obras públicas e inversão social, ou seja, uma oportunidade de financiamento do “sonho equatoriano”. Trata-se de países ricos em recursos naturais esgotáveis, de baixa industrialização onde ainda persiste o favorecimento a grandes grupos econômicos, respondendo às necessidades de matérias primas e recursos diversos para uma fração burguesa privilegiada, fato que definiria a estrutura econômica de mineração na Bolívia e no Equador, de acordo com o estudo (ainda em andamento) aqui proposto. Destacamos em nossas conclusões a necessidade de recuperar a soberania sob os recursos naturais, para não mais depender das variações de preços impostas no mercado internacional.

2. Extrativismo mineiro e a América Latina

A atividade mineira na América Latina tem sido permanente desde a colônia. Potosí, na Bolívia, aparece como um símbolo de extração e depredação ambiental no subcontinente, famosa pela retirada em grande escala da prata, que contribuiu decisivamente com o desenvolvimento europeu (DONGHI, 1975; GALEANO, 1977; SVAMPA e ANTONELLI, 2009). Não era por acaso que, neste país, ainda na década de 40 com a república e a era do estanho, vivia um dos cinco homens mais ricos do mundo, o barão Simon Patiño³, com negócios já coligados à capitais internacionais. A atividade mineira nos países andinos em estudo segue um modelo de exploração que foi imposto e é mantido até os dias de hoje. Modificou-se o tipo de metal exportado, assim como as tecnologias utilizadas para isso, mas a exportação de matéria prima bruta em grande escala para satisfazer às necessidades das empresas internacionais – não suprimindo primeiro a economia local – continua existindo.

No mundo moderno, as mudanças trazidas pelas transnacionais estão relacionadas às novas tecnologias utilizadas para a extração dos metais, contudo, lamentavelmente os danos ambientais estão aumentando com a mineração a céu aberto. Esta técnica consiste na remoção de imensas quantidades de rocha e na utilização de milhões de litros de água junto a toneladas de químicos tóxicos para que o metal buscado

se aproxime da superfície, sendo aplicado em uma região onde os metais estão presentes de forma disseminada e existem mínimas quantidades de metal por tonelada de rocha. A contaminação dos solos se dá através das águas, que por sua vez já estão contaminadas com as “águas ácidas”, que vêm modificando as paisagens naturais dos Andes. Formam-se nas comunidades de seus arredores grandes desertos com os desmontes de terras e escavações quilométricas e com as práticas de lixiviação⁴. A mineração a céu aberto remove a capa superficial da terra, utilizando consideráveis quantidades de explosivos com os quais se desprendem o material rochoso e transformam a estrutura paisagística em poucas horas (CEDIB, várias; SVAMPA e ANTONELLI, 2009). Posteriormente este material é trasladado para que se realize o tratamento e a busca por metais. A destruição de terras agrícolas, o desmantelamento de ecossistemas que já eram frágeis, bem como a precarização do abastecimento de água para as comunidades são inerentes a essas práticas de extração. É preciso atentar para o alastramento da erosão que vem se disseminando nos centros mineiros latino-americanos, com a destruição das florestas e o desaparecimento dos animais como ações primeiras. A mineração aparece, por conseguinte, como a principal fonte de contaminação ambiental, uma prática que é legitimada na legislação de Estados que se autodenominam “Plurinacionais” e protetores da “mãe-terra”, como a Bolívia e o Equador. Nos países citados – assim como em outros do subcontinente – os projetos de megamineração (tendo como grande exemplo a mineração a céu aberto) assumem a forma de uma política de Estado (SVAMPA e ANTONELLI, 2009). Num panorama traçado em 2010 (CEDIB *on line*), nos três anos anteriores, as companhias estrangeiras levaram verdadeiras fortunas da Bolívia favorecidas também pela alta no preço dos minerais. O governo hoje estimula o crescimento das empresas mistas e os contratos de “risco compartilhado”, quando a atividade mineira de responsabilidade estatal não tem para onde se expandir. Assim posto, podemos concluir por hora que as transnacionais definem a estrutura econômica de mineração no país. No caso do Equador, Dávalos aponta que os gastos fiscais para consolidar os apoios eleitorais e, logo, a popularidade presidencial, o partido de Correa, *Alianza País* está aumentando consideravelmente sua dívida externa, servindo agora como “catalisadora política” (DÁVALOS, 2012, p. 41). O autor destaca que esta situação se assemelha à vivida no final dos anos 70, fazendo com que o país dependa ainda mais de um “*extractivismo más feroz com la minería abierta a gran escala, los biocombustibles y la ampliación de la frontera petrolera*” (Ibid.).

Pablo Stefanoni adianta que nos últimos anos, com os governos pós-neoliberais⁵ reativou-se uma ilusão desenvolvimentista, ainda que nacionalista, alentada pela abertura de novas oportunidades econômicas e pelas demandas de *commodities* do mercado externo (SVAMPA, *apud* STEFANONI, 2010). O autor defende a premissa de que não dá para pensar em neodesenvolvimento em países periféricos que não tiveram seu desenvolvimento efetivado, destacando ainda que as vantagens que se podem extrair do “*neodesarrollismo*” são a interdependência estabelecida nos países que defendem as mesmas ideias de nacionalização – como acontece na Bolívia no Equador e na Venezuela, que dependem economicamente e de maneira direta dos recursos naturais – assim como a conservação da boa relação entre seus governantes. Nesse contexto há, também, uma explosão da demanda mundial de minerais, que pode ser relacionada às diversas razões, como o crescimento econômico dos países Índia e China e como o incremento do uso do ouro como “valor-refúgio” da crise econômica internacional, assegurando nichos de acumulação de capital, um acertado debate trazido por William Sacher e Alberto Acosta (2012). Partimos da hipótese sugerida por Svampa e Antonelli (2009) de que os conflitos recentes sobre megamineração acendem um debate em três dimensões: ambiental, sócio-econômica e política.

3. Bolívia, Equador e os “novos” modelos econômico-produtivos

O tema dos recursos naturais tem estado presente nas demandas dos movimentos indígenas nos países andinos nos últimos anos, quando estes percebem sua identidade étnica como povos em um determinado território, assim como sua posição de classe, aprofundando e ampliando sua percepção e luta política (ALBÓ, 2009).

A Bolívia protagoniza importantes momentos políticos no subcontinente relacionado ao extrativismo mineiro. Em 1952, após a revolução nacional⁶, criou-se a Corporação Mineira da Bolívia, a COMIBOL. Em 1954 vive-se seu auge, quando mais de 80% da produção das minas era nacionalizada (PETROPRESS N° 28, p. 23, 2012). Porém, desde a abertura neoliberal intensificada em 1980 com as privatizações, o setor mineiro também é afetado de forma direta. Mineiros meridionais (entre eles o ex presidente Gonzalo Sánchez de Lozada que chegou a ser dono da *Compañía Minera del Sur* - COMSUR) contribuíram com esse entreguismo das minas. Enfim, em 1985, privatizou-se e liquidou-se a COMIBOL, deixando um saldo de 40000 bolivianos desempregados. Na década de 90 só alastrou-se o desmantelamento da mineração nacionalizada, a COMIBOL somente administrava contratos e não mais fazia parte da cadeia produtiva do país, segundo a nova legislação respaldada por governos igualmente pró-imperialistas. Assim, os jazigos (ou campos) mais ricos passaram às mãos de capitais estrangeiros, por meio de contratos de “risco compartilhado”. Outros foram entregues às cooperativas mineiras, que recolocaram no mercado de exploração uma pequena parte dos mineiros desempregados. Neste período particular tornou-se muito difícil conseguir trabalho nas minas, acarretando no impulso do plantio de coca como fonte de renda, dando origem a outro tipo de campesinato, os *cocaleros*.

O modelo neoliberal seguia vigente desde mais de 20 anos, até que em 2003 as lutas pela nacionalização do gás, também dos campos de petróleo e dos hidrocarbonetos estimularam uma continuidade de lutas antineoliberais formando uma forte demanda por nacionalizações, assim como pelo reconhecimento da pluriculturalidade do país. Particularmente na Bolívia, no setor mineiro, em 2011 bateram-se todos os recordes de exportação, que chegaram a \$US 3.448 milhões, restando, todavia, apenas 12,7% do valor dos minerais exportados ao país, como inversão pública (PETROPRESS N° 28, 2012). Contudo, a presença do Estado nesse setor não supera, há anos, a marca dos 10% do valor total das exportações mineiras do país, mesmo havendo uma nova constituição desde 2009⁷ que visa à nacionalização dos recursos naturais. O próprio código mineiro (reformado no atual governo, mas que mantém a normativa da lei de 1997) prevê que a COMIBOL tenha como missão a administração da cadeia produtiva da mineração, não estando como principal papel o controle das principais minas exportadoras⁸.

A partir desse referencial, nos perguntamos quais as diferenças entre o modelo neoliberal e o modelo implantado com a nova constituição do Estado Plurinacional da Bolívia com Evo Morales e o MAS? Não temos novamente uma legislação orientada para o favorecimento das exportações controladas pelas transnacionais?

Para o intelectual e vice-presidente Álvaro García Linera, os últimos conflitos entre o Estado e os movimentos sociais serão resolvidos de maneira que a maioria legitime os interesses que sejam comuns e democraticamente aceitos, dentro das particularidades culturais e étnicas bolivianas. Quanto à questão da industrialização e do extrativismo, principal fonte de renda do país, junto com a defesa da “mãe terra”, ou seja, a luta do interesse comum entre o interesse corporativo são tensões que o evismo enfrenta cotidianamente, pautadas por interesses conflituosos que não podem ser resolvidos imediatamente mediante uma hegemonia mundial capitalista.

O caso equatoriano também merece destaque pelas mudanças políticas que vem experimentando nos últimos anos, dentre essas mudanças, a nova carta magna que legisla sob o Estado agora Plurinacional referindo-se à presença de diversas nacionalidades e povos, em vigor desde 2008.

Passado o período de intensa instabilidade entre governos que estiveram no poder, onde em uma década nenhum presidente conseguiu cumprir seu mandato, acontece o triunfo eleitoral do economista Rafael Correa, que primeiramente havia ocupado o cargo de ministro no governo de Palacio⁹

(LARREA, 2006). Desde a sua primeira eleição em 2006, sob o projeto que leva o nome de “revolução cidadã”, Correa apresentou-se com um discurso que aparentemente rompia com os ditames e imposições imperialistas, respondendo a um precedente de lutas e resistência indígena frente ao modelo capitalista concentrador. O fato do anterior presidente não ter cumprido muitas de suas promessas eleitorais, como a convocatória para se elaborar uma nova constituinte, favoreceu consideravelmente para que Rafael Correa se colocasse diante de uma demanda por mudanças efetivas no país.

O Plano de Governo proposto pela *Alianza País* 2007/2011, que buscava reativar a economia equatoriana, se aproximava de uma política neokeinesiana aliada a programas sociais emergenciais, que não conflitavam seriamente com os interesses dos grandes grupos de empresários, apesar de suas primeiras ações no governo demonstrarem quebra com os TLCs¹⁰ vigentes e novos impulsos em setores produtivos como o petróleo (incluindo a renegociação de contratos com Venezuela e Chile) e, claro, a convocação da Assembléia Constituinte (UNDA, 2006). No ano de 2009, Correa confirma seu favoritismo e aprovação popular e é reeleito como presidente ainda no primeiro turno, onde também os equatorianos que vivem fora do país (principalmente na Espanha) puderam votar. Neste segundo mandato o discurso presidencial continua pautado na promoção de uma estratégia de desenvolvimento nacional como premissa primeira. Contudo, em sua chegada ao governo, Correa não obteve apoio dos movimentos sociais indígenas, o que se explica pelo fato de os representantes de movimentos sociais serem deixados de fora de várias convocatórias e de consultas como para a nova Assembléia Nacional Constituinte, não participando, assim, da elaboração das leis que estabeleceriam mudanças que lhes afetariam de forma direta (LARREA, 2006). Os “responsáveis” por abrir caminho para a prometida “*Revolução Cidadã*” não participariam de sua elaboração oficial.

Apesar de a nova constituição estar vigorar desde 2008 sob o primeiro mandato de Correa, foi em 2009 que passou ter validade a nova lei de mineração, fato que gerou um dos maiores conflitos entre o governo e os indígenas. O principal motivo é que, entre outras práticas anticonstitucionais, também foi posta sem a realização da consulta prévia aos povos originários, representados pela Confederação dos Povos Indígenas do Equador, a CONAIE, um conselho de nacionalidades indígenas do país criada em fins da década de 80. Indo de encontro ao Art.71 da Constituição de 2008 do Equador que trata dos direitos da “Pachamama”, a falta de consulta aos povos indígenas, moradores das áreas afetadas pela extração de minérios em grande escala, desrespeita a premissa de que se deve prezar pela manutenção e regeneração do ciclo evolutivo natural da Terra.

Sacher e Acosta (2012, p. 19-20) apontam que a criação de uma empresa mineira estatal como peça central de intervenção e gestão nesse setor. A ENAMI (Empresa Nacional Minera) foi, então, criada em fins de dezembro de 2009, buscando desde sua criação sociedade com empresas estrangeiras com experiência nesse setor, como as empresas estatais da Coreia, Sul da África, Chile e China. Porém, o governo de Correa descumpriu com o que estava determinado na lei de mineração, silenciando sobre os seguintes pontos, ainda de acordo com Sacher e Acosta:

Entre los principales incumplimientos podemos anotar:

- No se revirtieron todas las concesiones al Estado tal como disponía el Mandato Minero;
- No se dio paso a la extinción –sin compensación económica alguna- de las concesiones mineras que en número mayor a tres habían sido otorgadas a una sola persona natural o jurídica y a sus empresas vinculadas; se mantiene el acaparamiento y el monopolio, base de la especulación minera;
- No se han extinguido las concesiones de ex funcionarios de los Ministerios de Recursos Naturales, Energía y Minas, y Minas y Petróleos. (Ibid.)

É característica dos governos pós-neoliberais da região que promover uma ligação direta entre a renda extrativista e a política social, em favor da recuperação do papel do Estado como grande impulsionador da economia. A economia de um empreendimento mineiro depende da produção, do valor dessa produção (onde intervém o preço dos minerais) e o custo dessa produção, incluindo os impostos. Logo, se o Estado subsidia a extração via empresas estrangeiras, é porque faz parte de seu interesse beneficiá-las, resta saber que tipo de desenvolvimento se está emergindo desde a indústria extrativista contemporânea.

Assim como o MAS que tem desenvolvido uma variante de capitalismo que alia setores populares e frações burguesas (agora oriundas também da capital La Paz e não mais somente da região da Meia Lua), a *Alianza País* aposta nas novas frações burguesas vinculadas ao capitalismo em escala global, incluindo as que fazem fortuna desde os polos de mineração em grande escala, responsáveis por uma devastação ambiental e cultural praticamente irreparável.

Sacher e Acosta (2012, p. 10) assinalam ainda que Rafael Correa é o primeiro presidente a apostar na mineração como atividade estratégica para o modelo econômico do país como financiamento de obras públicas, sem medir os custos sociais e ambientais recorrentes. Como é inerente ao sistema capitalista a permanente renovação, cresceu-se nos últimos anos a busca por nichos de especulação para assegurar altas taxas de acumulação de capital, sendo a América Latina um dos principais alvos.

Tratando dos casos de Bolívia e Equador, Stefanoni (2013) indica que a Coreia do Sul tem mirado nos países andinos e desenvolvido o “capitalismo felino” junto aos governos pós-neoliberais, em uma comparação satírica com as potências asiáticas, o economista afirma que “*si en Bolivia la presencia de esta nación asiática aumenta día a día, donde la “utopía surcoreana” parece haber alcanzado mayor calado es en Ecuador donde se construye la ambiciosa Ciudad del Conocimiento*”.

Enquanto o lítio parece ser uma promessa de explosão no mercado de minerais, a Bolívia permanece estreitando relações com empresas coreanas. No Equador tem ocorrido um consórcio com a sul-coreana Incheon Free Economic Zone (IFEZ), que no país adota o nome quéchua “Yachay” que pretende desenvolver paralelamente uma universidade mundialmente reconhecida, um polo de investigação e desenvolvimento tecnológico em busca do produtivismo no país. Correa tem utilizado de um “populismo tecnocrático” para fazer alianças com essas empresas estrangeiras, incluindo também a China que pretende avançar no projeto de tornar-se um novo império com o controle de todas as matérias primas do mundo (SACHER e ACOSTA, 2012; STEFANONI, 2013).

4. Conclusões: uma continuidade do neoliberalismo?

A situação de rompimento com os partidos políticos existentes até então e a demanda popular-nacionalista se somaram de maneira particular a uma intensa onda contra-hegemônica observada na América Latina com o estopim de crise do capitalismo em meados de 2008. Os governos pós-neoliberais e suas políticas democratizantes representam de alguma forma um aprofundamento das reformas implementadas nos anos 1990, no marco do projeto neoliberalista. Os partidos MAS e *Alianza País* atuam conformando o conflito de interesses entre os povos (cocaleros, indígenas, mineiros) e a transformação dos mesmos em uma grande fonte de cargos e de carreira política. Compartilham de uma não ruptura real com o capital estrangeiro representado pelas empresas extrativistas, atuando em prol de um contexto político estável, acalmando os movimentos contestatórios com as “falsas nacionalizações¹¹”.

É necessário que esses países que vivem um período de reprimarização da economia avancem na industrialização de minerais e deixem de ser unicamente exportadores de matéria prima bruta. Trata-se de recuperar a soberania sob os recursos naturais, para não mais depender das variações de preços impostas no mercado internacional. Os atuais códigos que regulamentam a extração de minerais no país continuam a privilegiar o setor privado. O sistema de concessões foi substituído pelos contratos de

mineração, mas, permanecem respeitando os direitos adquiridos pelas transnacionais, nos anos em que se foi implantado o neoliberalismo. Já para facilitar o traslado de minerais e de energia ao norte se está implementando em toda América Latina o grande projeto da IIRSA (Iniciativa para a Integração das Infraestruturas Regionais Sul-Americana), que conta com o financiamento público partido também dos governos brasileiro e venezuelano, que visa garantir a implantação de obras de danosos impactos ambientais e sociais, bem como o favorecimento a grandes grupos econômicos, respondendo às necessidades de matérias primas e recursos diversos para uma fração burguesa privilegiada (BOITO JR., 2006, CECEÑA, 2007). É um projeto que acelera e controla esses objetivos, reforçando a infraestrutura necessária para a continuidade do investimento (sub) imperialista. Ceceña nos aponta a grande sacada estratégica da IIRSA, visto que está localizada na região do mundo que possui as maiores riquezas em termos de biodiversidade, água e oxigênio, e com enormes reservas de recursos energéticos e de quase todos os minerais, desenhando novas fronteiras internas para o Sul do continente (Ibid., p. 17-18). São sessenta e quatro projetos de infraestrutura fluvial, de ferrovias, hidrelétricas e transporte de energia que cruzam o subcontinente, onde cerca de vinte cruzarão os países andinos e vários já se encontram em plena construção.

Os países da América Latina passaram por situações de instabilidade política refletidas em constantes destituições presidenciais, golpes e na conseqüente falta de credibilidade do sistema partidário vigente e da representação política como um todo. Peña e Lillo (2009) ressaltam que este contexto de exclusão dos setores populares e de busca por novos espaços em defesa do ideário democrático facilitou a abertura e aparecimento de movimentos sociais e novos líderes no cenário político. Os casos boliviano e equatoriano se assemelham por trazerem também a ideia de estabelecer vários tipos de propriedade e nacionalizar setores chaves da economia (PEÑA e LILLO, Ibid., p. 80-81). Contudo, ressaltamos que essas nacionalizações têm ocorrido na prática de maneira bem comedida.

Os principais conflitos entre os movimentos sociais (incluindo decisivamente o movimento indígena) e governos latino-americanos hoje se devem ao crescimento da temática dos recursos naturais e da expansão de projetos que visam facilitar a extração e/ou transporte de matérias primas, muitos deles já em andamento, amparados pela IIRSA.

A produção mineira estatal latino-americana é praticamente marginal em relação à importância que possui a mineração transnacional, fato consolidado com as novas constituições de Bolívia e Equador. As teses sobre um capitalismo andino-amazônico como modelo nacional-produtivo boliviano, na verdade promovem a industrialização do país e o fomento governamental à formação de uma nova burguesia andino-amazônica. No Equador, segundo Dávalos (2013) o extrativismo tem sido justificado pelo “sonho equatoriano”, ou seja, os recursos da renda extrativista vêm financiando o desenvolvimento e em especial os gastos do governo para com os setores sociais vulneráveis como saúde e educação. Em outro debate, o autor indica que o que a Alianza País fez com a história é imperdoável, por desperdiçar energias que poderiam lograr em transformações importantes em um projeto narcisista pela própria imagem (DÁVALOS, 2012).

Entendemos que se, com a eleição de Evo Morales e Rafael Correa, avançou-se em termos de democracia participativa, muito ainda precisa-se avançar em relação à produção mineira estatal, que parece marginalizada e com características que reascendem o extrativismo e a reprimarização da economia. Vemos formar-se burguesias de Estado que do terreno político tenta constituir uma nova burguesia no terreno econômico, forjadas pelo “capitalismo andino” e pelo “sonho equatoriano”, que buscam alianças com os setores médios, uma estratégia que definiria o destino desses governos em longo prazo: uma nova situação política no subcontinente demonstrando altos índices de popularidade de seus líderes e um fortíssimo grau de cooptação sindical e de movimentos sociais. O que se modifica é a composição de classe no poder, que atua ora com os interesses das classes populares, ora com a oligarquia local, fazendo com que desta forma os membros do governo representem os oprimidos do campo e a pequena burguesia da cidade.

Para o marxismo, o Estado Plurinacional não é um novo estado, pois possui um caráter de classe definido e este segue sendo burguês e semicolonial. É apresentado outro nome para um novo regime político, um regime de manifestações concretas que determinam uma nova relação de forças entre as frações de classe. Antes, com os regimes ditatoriais, depois, regimes democráticos baseados em pactos e em acordos e agora, os Estados Plurinacionais. São expressões diversas de relações de força com o Estado e a partir do Estado capitalista que forjam a socialização do poder político e não problematizam a socialização dos meios de produção, nem através de nacionalizações, que continuam a favorecer o extrativismo, e nem com expropriações, que não estão previstas nem na constituição.

Um projeto nacionalista contribui muito mais com o enfraquecimento e fragmentação dos movimentos sociais do que com uma efetiva mudança e, mesmo contendo elementos antiimperialistas, são projetos que não modificam as bases materiais de opressão, reduzindo-se a um personalismo que encobre a reestruturação do sistema capitalista nos moldes específicos de exploração no subcontinente. Os países citados parecem não ter se libertado do modelo clássico extrativista, que, há mais de 500 anos nos delega a uma devastação social e ambiental e nos submete a uma dependência econômica como países exportadores de matérias primas. Países também ricos em recursos naturais esgotáveis, de baixa industrialização e onde se travam conflitos constantes entre movimentos indígenas, Estado e governos.

Referências

ALBÓ, Xavier. (2009) *Movimientos y poder indígena en Bolivia, Ecuador y Perú*. La Paz: CIPCA.

ASAMBLEA CONSTITUYENTE DE BOLIVIA. (2008) *Nueva Constitución Política del Estado. Congreso nacional*. Disponível em: <http://www.presidencia.gob.bo/download/constitucion.pdf>. Acesso em 01 de maio de 2013.

BOITO JR., Armando. (2006) A burguesia no Governo Lula. In: *Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales*. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/basua/C07Boito.pdf>. Acesso em: 29 de junho de 2013.

CECEÑA, Ana Esther. et al. (2007) *Territorialidade de la dominación: la Integración de la Infraestructura Regional Suldamericana (IIRSA)*.

DÁVALOS, Pablo. (2012) Alianza País: Requiem por un sueño. Disponível em: <<http://alainet.org/images/ALIANZA%20PAIS%20Requiem%20por%20un%20sue%C3%B1o.pdf>>. Acesso em 25 de fevereiro de 2013.

_____. (2013) “No podemos ser mendigos sentados en un saco de oro”: Las falacias del discurso extractivista. Disponível em: http://alainet.org/images/Las%20falacias%20del%20extractivismo_PD.pdf. Acesso em 15 de julho de 2013.

DONGHI, Tulio Halperin. (1975) *História da América Latina*. Carlos Nelson Coutinho (trad.) Rio de Janeiro: Paz e Terra.

DURÁN GIL, Aldo. (2008) Bolívia: Duas revoluções nacionalistas? In: *Perspectivas*. Revista de Ciências Sociais. UNESP, Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/1457/1160>. Acesso em: 09 de maio de 2013.

GALEANO, Eduardo. (1977) *As veias abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GALLEGOS, F. Ramírez. MINTEGUIAGA, Analía. (2007) *El nuevo tiempo del Estado: la política posneoliberal Del Correísmo.* Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal22/D22RamirezGMinteguiaga.pdf>. Acesso em: 06 de maio de 2013.

GARCÍA LINERA, Álvaro. (2006) El evismo: lo nacional-popular en acción. In: *Revista OSAL*, Observatorio Social de América Latina, año VII, no. 19, p. 25-32. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal19/linera.pdf>. Acesso em: 10 de Abril 2013.

JUSTO, Liborio. (2007) *Bolivia, la revolución derrotada: del Tahuantisuyu a la insurrección de abril de 1952 y las masacres de mayo y setiembre de 1965: raíz, porceso y autopsia de la primera revolución proletaria en América Latina.* 3ª ed. Buenos Aires: RyR.

LARREA, Ana María. (2006) *Encuentros y desencuentros: la compleja relación entre el gobierno y los movimientos sociales en Ecuador.* Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal21/Larrea.pdf>. Acesso em 26 de junho de 2013.

MAYORGA, Fernando. (2006) El gobierno de Evo Morales: entre nacionalismo e indigenismo. *Revista Nueva sociedad*, ISSN 0251-3552, N°. 206. Disponível em: http://www.nuso.org/upload/articulos/3390_1.pdf. Acesso em: 13 de março de 2013.

PEÑA Y LILO, Julio E. (2009) “Procesos constituyentes en el mundo andino. Bolivia y Ecuador en perspectiva comparada” In: *Revista OSAL* (Buenos Aires: CLACSO) Año X, N° 25, abril. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal25/06pena.pdf>. Acesso em: 20 de Junho de 2013.

PETROPRESS. (2012) *Revista de análise e informação sobre políticas públicas en recursos naturales, industrias extractivas y medio ambiente.* N° 28 Mayo – Junio. Cochabamba: CEDIB.

POULANTZAS, N. (1977) *Poder político e classes sociais.* São Paulo: Martins Fontes.

SACHER, Willian; ACOSTA, Alberto. (2012) *La minería a gran escala en Ecuador.* Análisis y datos estadísticos sobre la minería industrial en el Ecuador. Ediciones Abya-Yala e Fundación Rosa Luxemburgo. Disponível em: <http://www.rosalux.org.ec/attachments/article/498/mineria-ec.pdf>. Acesso em: 15 de julho de 2013.

STEFANONI, Pablo. (2010) Governo Evo Morales: permanências, mudanças e desafios. Ramon Casas Vilarino (trad.) In: *Revista Lutas Sociais.* NEILS: São Paulo, n.24.

_____. (2013) *Ni Caracas ni La Habana... ¡Seúl! Corea en los Andes. El desacuerdo N°1/La Paz.* <http://pt.scribd.com/doc/154541212/Ni-Caracas>. Acesso em: 18 de julho de 2013.

SVAMPA, Maristella; ANTONELLI, Mirta. (2009) *Minería Transnacional, narrativas del desarrollo y resistencias sociales.* Buenos Aires: Biblos.

UNDA, Mario. (2006) *Región Andina. Ecuador: un momento de definiciones.* Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal21/Unda.pdf>. Acesso em: 23 de junho de 2013.

Sites consultados:

<<http://www.cedib.org/>>

<<http://petropress.wordpress.com/>>

Notas

¹ Movimento ao Socialismo, partido de Evo Morales.

² O conceito poulantziano de bloco no poder nos parece útil por ser um conceito que nos permite entender que existe uma pluralidade de frações de classe hegemônicas por uma fração destas no bloco no poder, sem que haja ruptura na unidade do conjunto das classes dominantes e que mesmo com diferentes interesses relativamente permanentes, se homogeneizem para garantir a dominação política no Estado.

³ Simon Patiño acumulou sua fortuna a partir da extração e importação do estanho, na Bolívia. Conta-se que o personagem da Disney “Tio Patinhas” foi inspirado nesse boliviano, que controlava o mercado mundial de estanho à época.

⁴ Processo de extração de uma substância presente em componentes sólidos através da sua dissolução num líquido. É um termo utilizado em vários campos da ciência, mas, de modo geral, usa-se para indicar qualquer processo de extração ou solubilização seletiva de constituintes químicos de uma rocha, mineral, depósito sedimentar, solo, etc.

⁵ Referimo-nos aqui fundamentalmente aos casos de Venezuela, Bolívia e Equador.

⁶ Neste dado ano Victor Paz Estenssoro assumiu a presidência com o apoio da grande massa. Apesar de vitorioso nas eleições de 1951, Estenssoro – do partido nacionalista MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário) – foi impedido de assumir o poder, visto que o então presidente Urriolagoitía realizara um auto-golpe em contrapartida à decisão tomada pelas bases do partido de Estenssoro de não agir de acordo com os interesses do capital estrangeiro. Significativas alterações ocorreram depois do levante popular que não admitiu o golpe, com a oficialização do voto universal e a inserção de indígenas na vida econômica e política da sociedade (JUSTO, 2007).

⁷ Em vigor desde 2009, a nova constituição tinha como objetivos dar expressão às reivindicações dos movimentos sociais; democratizar o Estado; defender os recursos naturais; romper com o modelo colonial, republicano e neoliberal; e fundar o Estado Unitário Social de Direito Plurinacional e Comunitário (ASAMBLEA, 2008, p.2).

⁸ Conferir Lei 3720 de 31 de julho de 2007 do Código Mineiro, *In*: PETROPRESS N° 28, 2012 ou COMIBOL *on line* – nas referências.

⁹ O governo de Alfredo Palacio, que era vice de Lúcio Gutiérrez, se deu durante os anos de 2005 a 2007 depois que o último foi deposto do cargo através de lutas populares, conforme citado anteriormente, segundo Gallegos e Minteguiaga (2007).

¹⁰ Tratado de livre comércio.

¹¹ Expressão utilizada por Fernando Mayorga (2006) para tratar especificamente do caso boliviano, para fazer menção à lei dos hidrocarbonetos de 2005, que estabelece uma combinação entre a propriedade estatal e propriedade privada (livre comercialização dos hidrocarbonetos a partir do aumento dos impostos sobre as empresas petrolíferas). Contudo é um conceito que pode ser adaptado para outras realidades latino-americanas.